

**CURSO DE PSICOLOGIA**

**QUE JOVENS SÃO ESSES? PENSANDO A PRODUÇÃO DOS SUJEITOS JOVENS  
ATRAVÉS DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ.**

Ludmila de Lara Teixeira

Santa Cruz do Sul  
2015

Ludmila de Lara Teixeira

**QUE JOVENS SÃO ESSES? PENSANDO A PRODUÇÃO DOS SUJEITOS JOVENS  
ATRAVÉS DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ.**

Trabalho de Curso apresentado ao Curso de Psicologia da  
Universidade de Santa Cruz do Sul como tarefa integrante  
da disciplina de Trabalho de Curso II.

Orientadora: Karla Gomes Nunes

Santa Cruz do Sul,

2015

## RESUMO

Nos últimos anos, no cenário brasileiro, tem sido cada vez maior a visibilidade de Programas vinculados às Políticas Públicas de Juventude. Percebe-se que no decorrer do século XX, transformações advindas da Revolução Industrial e da ascensão dos modelos de produção capitalista produziram novas demandas sociais que desafiaram a relação entre educação e trabalho, em especial, na formação de profissionais qualificados e sua inserção no mercado. Surgem, neste contexto, as legalizações da profissionalização de jovens, com o objetivo de lhes assegurar o direito à educação em condições dignas e a inserção no mercado de trabalho. A educação técnico-profissional ascende, então, ligada à possibilidade de garantir função social para estes jovens. Desta forma, a partir do ano 2000, começaram a ganhar visibilidade as Políticas Públicas de Juventude, incluindo aqui a Lei da Aprendizagem. Amparado pela referente lei, encontramos o Programa Jovem Aprendiz, vinculado ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), como uma possibilidade de inserção profissional para jovens de 14 a 24 anos. A pesquisa aqui delineada buscou mapear os ditos sobre o Programa Jovem Aprendiz e, com isso, problematizar sobre como os enunciados que permeiam o mesmo tem produzido certa performatividade de sujeitos jovens. Foram mapeados 23 depoimentos de Jovens, disponíveis no Portal virtual do SENAC, que participaram do Programa Jovem Aprendiz. Foi possível perceber que a experiência de aprendiz nos fala de um modo de transformação social e inserção destes, ditos como “inexperientes”, em sujeitos sociais. Com isso, nos remete pensar que estes jovens e a suas experiências como aprendizes nos falam da emergência de sujeitos provenientes de uma sociedade consumista e que, necessitam investir e valorizar determinadas qualidades para tornarem-se “mercadorias vendáveis”. Assim sendo, esses sujeitos constituem-se como sujeitos econômicos e de interesse, onde há uma valorização das qualidades individuais. Ele, então, buscará formas de aprendizagem para trabalhar, cada vez mais, com excelência, a fim de aumentar os seus espaços de consumo. E ao se tornar vendável e adquirir poder consumo, este homem é legitimado socialmente. O estudo aqui proposto, então, se pretende como possibilidade de problematizar como as formas contemporâneas de legitimação social (consumista) nos dizem de uma produção de determinadas formas de “ser jovem”.

**Palavras- Chave:** Jovem Aprendiz, Homem econômico, Sociedade Consumista.

## **ABSTRACT**

In recent years, the Brazilian scene, has been increasing the visibility of the Youth Public Policy related software. It is noticed that during the twentieth century, changes arising from the Industrial Revolution and the rise of capitalist production models produced new social demands that challenged the relationship between education and work, in particular the training of professionals and their insertion in the market. Arise in this context the legalization of professionalization of young people, in order to assure the right to education with dignity and integration into the labor market. Technical and professional education amounts then linked to the possibility of ensuring social function for these young people. Thus, from 2000, they began to gain visibility of the Youth Public Policy, including here the Learning Law. Supported by the related law, we find the Young Apprentice Program, linked to the National Service for Commercial Education (SENAC), as a possibility of professional integration of young people 14-24 years. The research outlined here sought to map said about the Young Apprentice Program and, therefore, discuss about the statements that permeate it has produced some performativity of young subjects. They were mapped 23 testimonials Youth available in the virtual Portal SENAC, who participated in the Young Apprentice Program. It was revealed that the learner experience tells us about a social transformation mode and insert these, said as "inexperienced" in social subjects. With this, it leads us to think that these young people and their experiences as learners speak of the emergence of subjects from a consumer society and that need to invest and enhance certain qualities to become "mercadories salable". Therefore, these subjects are constituted as economic subjects and of interest where there is a valorization of individual qualities. He then seek ways to learn to work increasingly with excellence in order to increase their consumption spaces. And to become salable and gain power consumption, this man is socially legitimated. The study proposed here, then, is intended as a possibility to discuss how contemporary forms of social legitimacy (consumer) tell us a production of certain forms of "being young".

**Key-words:** Young Apprentice, economic man, Consumerist Society.

*“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes” (FREIRE, 2000. p. 03).*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Você, Senhor dos meus dias, por toda sorte de graça, cuidado e amparo que tem proporcionado a mim. Por me conceder todo o amor e serenidade que em mim há e, por deixar-me a Tua palavra como sustento para a minha caminhada.

Agradeço a vocês dois, meus companheiros, pai e mãe. Por todo o esforço, por todo cuidado, por todos os dias que vocês despertaram cedo da manhã e por todas as noites que vocês foram dormir tarde, para estarem comigo e dar todo o apoio. Obrigada por todo o alento, os conselhos, o incentivo para que eu tivesse guardada no meu coração a certeza de que *“tudo que é para ser meu, será meu”*. Tenho absoluta certeza que, sem vocês, não haveria tanta beleza no caminho.

Agradeço a você, meu amor, por me apoiar e dar-me todo o teu amor, cuidado e compreensão. Tenho certeza de que a beleza do nosso amor me encheu de motivação e alegria para estar firme nesta caminhada. Está mais do que certo para mim que nosso amor está firmado numa rocha e que o que há entre nós dois, será frutificado a cada dia.

Agradeço às belezas da minha vida, por serem, muito além de irmãos, verdadeiros amigos. Obrigada por todas as trocas, as conversas, as tantas vezes que pude problematizar minha trajetória com vocês, por todo carinho, por me escutarem e terem tido a melhor compreensão quando me percebiam cansada. Não tenho dúvidas que o cuidado que sempre expressaram a mim, será revertido em toda forma de benção na vida de vocês.

Agradeço a vocês três, minhas amadas: Laís, Graziela e Elise. Por nossa amizade, pela companhia, por todo aprendizado que compartilhamos (tanto na profissão, quanto na vida). Me recordo que no início da faculdade eu ouvi alguém dizer que não poderíamos passar pela graduação sem levar pelo menos três pessoas especiais, que este era o bem mais valioso que teríamos para a vida. E, sem dúvidas alguma, posso dizer que vocês, são para mim, este bem valioso e que posso ter tido todos os melhores momentos de uma experiência na graduação, mas que sem vocês, nada seria igual.

Agradeço a você, orientadora deste trabalho, Karla Gomes Nunes, por todos os encontros que tivemos. Por sua disponibilidade, compreensão e cuidado que me foram muito especiais. Agradeço por ter sido de tamanha generosidade e sinceridade e por ter confiado no meu trabalho, desde os primeiros escritos.

Agradeço a todos os demais colegas, orientadores e professores que participaram da minha trajetória acadêmica e que, de uma maneira ou outra, semearam a semente do conhecimento em mim. Obrigada a todos que compartilharam e estiveram caminhando junto comigo neste percurso.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>1 PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE PENSAMENTO: COMO COMPREENDER A CONSTRUÇÃO E DELIMITAÇÃO DE ALGUNS DISCURSOS SOCIAIS SOBRE O QUE É “SER JOVEM”.....</b>	<b>17</b>
<b>3 COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI: ASPECTOS HISTÓRICOS QUE DIZEM DE TODA UMA CONSTRUÇÃO E DELIMITAÇÃO DO DISCURSO SOCIAL SOBRE O QUE É “SER JOVEM”.....</b>	<b>20</b>
<b>4 O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: A EMERGÊNCIA DE UMA SOCIEDADE DE CONSUMIDORES E A PRODUÇÃO DE UM SUJEITO ECONÔMICO .....</b>	<b>26</b>
<b>5 O QUE PRODUZIMOS ATÉ AQUI.....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>39</b>



## APRESENTAÇÃO

*Uma viagem carrega algumas indagações sobre os lugares que se vai visitar, sobre onde se vai descansar, sobre os gastos que serão necessários e a bagagem que se vai levar. Em seguida, ela se revela em ansiedades, anseio para que o dia de partida chegue, expectativa pelo embarque, pelo o que se poderá conhecer. Não tenho dúvidas que por mais que a viagem tenha sido organizada, minuciosamente calculada, ela surpreenderá com o que se pode viver no “durante”. E que embora se saiba onde se quer ir, sentimentos, pessoas, momentos atravessam e provocam novos encontros. E quando menos se imagina, quando se supõe que ela chegou ao fim, ela te proporciona viver todos os anseios, as minúcias do voltar pra casa, dos cheiros que são familiares. E a viagem que pensávamos estar controlada por nós, nos prova que ela escapa a um único trajeto, ela nos mostra que já havia começado muito antes do embarque e que mesmo no ponto de chegada, ela não se contenta com um fim, ela quer fluir, continuar a se fazer e refazer em cada um que a vive (Diário de campo, Agosto de 2015).*

Viagem. Uma palavra essencial ao longo dos últimos cinco anos. Falar do percurso da Graduação em Psicologia, em uma Universidade do interior do estado do Rio Grande do Sul é falar de uma viagem que transborda em inúmeros atravessamentos e encontros. Falar do Trabalho de Conclusão é falar de um ponto de chegada que marca o percurso dessa viagem. Mas que não torna-se finito. Durante os últimos anos viajar, no seu sentido concreto, no viés do deslocamento mesmo, foi um investimento essencial para que o presente momento se torne possível. Mas além de seu sentido palpável, das idas e vindas de uma cidade a outra, o viajar para mim também assume outros sentidos. Digo isto porque embarcar na Graduação me foi uma aventura. Pense numa adolescente de 17 anos, concluinte do Ensino Médio, que conquista uma bolsa de estudos em uma Universidade a 100 Km de casa. Essa adolescente não conhece a nova cidade, não conhece a Universidade, mas assim mesmo, escolhe dizer sim a este convite. Escolhe olhar para o percurso, para o novo que poderia conhecer.

Da mesma forma como aceitei este convite, convido você a embarcar comigo na viagem deste trabalho e encará-lo como um processo. Convite para que folheie as páginas sem pretensão de descobrir verdades, mas com a liberdade de encantar-se com a sutileza do entre, do que acontece ao longo das linhas escritas. Aviso que este trabalho foi sendo formatado, não como conduzi a maioria dos outros trabalhos da graduação. Não se espante, ele não vem com uma estrutura enrijecida (linear), com marcações de aqui “começa a metodologia, aqui o referencial e ali a discussão”. Ele está construído de acordo com os processos de pensamento despertados ao longo do caminho.

Justifico esta postura pela adoção de uma perspectiva Cartográfica de trabalho. Aqui busquei pensar no contato com material de trabalho tratando-os como encontros. Levando em consideração todos os afetamentos que estes foram produzindo ao longo do processo de pensamento. O trabalho, deste modo, conta de como as intensidades provocadas pelos encontros com os próprios escritos vão emergindo.

Em primeiro lugar, utilizo a ideia do Diário de Campo e do *Clipping*. O leitor verá que ao longo dos capítulos há alguns trechos provenientes de anotações e escritos produzidos pela autora, como diário de bordo. Além disso, falarei em recortes midiáticos, denominados de *clipping*, que dizem de um trabalho que procura esquematizar alguns recortes dos materiais disponíveis no Portal virtual do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Além do que, procurei trabalhar com os documentos disponíveis pelo Ministério do Trabalho e Emprego sobre a execução da Lei da Aprendizagem Profissional. Deste modo, há algumas colocações sobre as Políticas de Aprendizagem que provém de tais documentos.

No portal virtual do SENAC fui realizando recortes de alguns dados de divulgação do Programa Jovem Aprendiz. Foram 23 depoimentos de jovens que participaram do programa e deles recortei alguns enunciados que provocaram algumas intensidades mais significativas. A Análise do Discurso, em sua perspectiva francesa, se revelou, nesse sentido, como uma estratégia a ser utilizada para dar corpo à análise dos dados.

Mas como amarrei tudo isso? Bem, o trabalho, no primeiro momento, fala do Percurso Metodológico e de como os encontros com os documentos, com o Portal virtual do SENAC e com os estudos da Análise do Discurso foram organizados. Em seguida, falo do processo de pensamento que movimentou o trabalho realizado, pensando sobre como pensarmos nas relações discursivas como enunciados vai sendo importante para a construção do trabalho. Logo, falo dos processos históricos e sociais que possibilitam a emergência de novas formas de relação de trabalho e educação e, com isso, possibilitam a construção de

Programas de Aprendizagem. A partir disso, falo do Programa Jovem Aprendiz e de como alguns pontos que emergem na análise dos depoimentos e da divulgação no Portal do SENAC produzem alguns sentidos sobre os jovens. Depois, coloco em discussão sobre como emerge uma noção de um sujeito de interesse que é produzido por uma conjuntura social consumista. E a partir disso, descrevo algumas reflexões, como guisa de considerações finais.

Ressalto, contudo, que os depoimentos e enunciados recortados do Portal SENAC aparecem de forma literal na última parte do texto, não como prerrogativa de que somente nesta etapa do trabalho eles foram sendo estudados. Na verdade, foi ali que eles provocaram uma intensidade maior e por isso aparecem de maneira mais visível. Da mesma maneira, gostaria de lembrar o leitor que o dispositivo de trabalho- o *clipping*- me possibilitou trabalhar com recortes de todo o material utilizado. Assim sendo, quando o leitor visualiza toda a compreensão histórica e contextualização da Política de Aprendizagem, já está participando da análise e estudo que o trabalho propôs realizar. Então, convido o leitor a encarar os escritos, não como uma escrita linear, mas pensando que cada discussão que é realizada fala do processo de produção do trabalho como um todo. Tudo isso, coloco como possibilidade para que também possamos pensar sobre a forma com que construímos nossas produções e problematizar novos modos de escrita e estudo. Desejo ao leitor, assim, que os escritos lidos possam produzir a problematização sobre como podemos ser atravessados por este modo consumista de constituição da sociedade, e porque não dizermos, da nossa constituição como sujeitos sociais.

## 1 PERCURSO METODOLÓGICO

*Confesso, até acreditei que estava perdida no caminho. Pensei que eu tinha saído a viajar sem mapa, sem saber o que estava fazendo. Hoje percebo que minha caminhada não estava desnorteada. Ela está sendo construída, pensada, vivida no entre, no caminho, no percurso. Mas que estratégias utilizar para construir pontes de conhecimento, que pontes criar para dar sentido ao caminho? (Diário de campo, Outubro de 2015).*

As pontes construídas ao longo do percurso são aqui chamadas de encontros. Foi através destes encontros que esta pesquisa foi se constituindo. O primeiro deles foi com a temática da juventude, das políticas públicas que são criadas para este segmento. Fui percebendo que temáticas de Saúde, Educação e Trabalho assumem uma centralidade quando se fala em jovem.

Nos últimos anos, pois, as Políticas Públicas direcionadas a Juventude tem ganhado maior visibilidade. Tais políticas tem se voltado a instituir projetos que objetivam, de forma geral, resolver problemáticas enfrentadas por determinados agrupamentos da população jovem em sua inserção na conjuntura social vigente, com destaque para as questões relacionadas à educação, saúde e trabalho, ou ainda, a situações caracterizadas por estados de conflito com a lei (FREZZA; MARASCHIN; SANTOS, 2009). Conforme estes autores, é dada certa relevância às questões voltadas para o Mundo do Trabalho, as quais constituem o grupo dos objetivos mais citados e previstos nesses programas e projetos.

Em consonância, bem antes de iniciar o processo de pesquisa, eu havia despertado para alguns questionamentos sobre a centralidade com que o trabalho se apresenta aos jovens. Em contato, durante um período de estágio da graduação, com alguns jovens que cumpriam Medidas Socioeducativas, alimentei muitas indagações sobre como se está investindo no público jovem. Como estratégia de atuação junto a eles haviam cursos, disponibilizados por algumas Políticas de Ensino e Aprendizagem. Adicionadas a tais cursos vinham uma série de condicionalidades, as quais os jovens deveriam estar de acordo para realizar a inserção.

Com os momentos de conversa em supervisão, percebi que a centralidade com que a temática do Trabalho era por mim percebida, poderia ser um caminho a ser investido. Por estar inserida no Departamento Pessoal de uma empresa comecei a prestar a atenção sobre os atravessamentos que permeiam a realidade de jovens que estão inseridos em empresas por

meio de Políticas de Aprendizagem. Esta empresa, de grande porte, tem vínculo com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e possui contratos do Programa Jovem Aprendiz. A partir de um primeiro olhar, os processos de seleção e contratação dos jovens me instigaram a conhecer o programa. Foi nesse meio tempo, que me encontrei com a propaganda, na televisão aberta, que divulga a Lei da Aprendizagem e propõe um manifesto para que os jovens “espalhem” sobre a contratação de aprendizes nas empresas brasileiras.

Marco aqui o segundo encontro decisivo do desenho da presente pesquisa. “*A Lei da Aprendizagem ta aí pra ser cumprida. É legal para sua empresa, é legal para o país*” (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-SENAC, 2006). Assim é a chamada da propaganda que divulga a inserção de aprendizes nas empresas brasileiras. Coincidência, ou não, foi a primeira vez que assisti este tipo de divulgação dos Programas de Aprendizagem.

Em seguida, impulsionada pela forma como a mídia se revela na divulgação da Lei da Aprendizagem, bem como dos programas por ela desenhados, procurei o recurso da internet e encontrei o Portal SENAC do Estado do Rio Grande do Sul. Nele há uma presente divulgação do Programa Jovem Aprendiz, com relatos de jovens que participaram do mesmo. Daí emergiu uma possibilidade, buscar mapear o que vem sendo produzido pelo portal virtual de divulgação do Programa.

Além disso, nessa mesma semana, eu vinha elaborando um escrito sobre o que realmente gostaria de elucidar durante a pesquisa. Recordo-me da frase vinda em orientação: “*eu precisava entrar em sintonia fina comigo mesma*”, para daí constituir um campo de estudo. Alinhei os escritos, o que havia visualizado no site e na propaganda e coloquei isso em pauta. No transcorrer daquela semana, eu levei em orientação o que tinha alinhado. Fui colocando o que eu havia pensado, e me lembro que as ideias foram constituindo um esquema desenhado no quadro da sala. Era como um mapa.

Entre as discussões fomos nos aproximando de uma perspectiva da Cartografia, onde a pesquisa é baseada em encontros, para que se possam mapear as intensidades, as composições e decomposições dos territórios, desenhando como as linhas se articulam. Os encontros vão se delineando com tudo o que pode tornar nossa subjetividade diferente daquilo que a constituía antes. E que por isso exige uma postura de presença do pesquisador, abertura para um processo transversal, composto de fluxos, formas e forças, longe de qualquer neutralidade pura (ANDRADE; ROMAGNOLI, 2010).

Empreender uma pesquisa cuja metodologia se pretende cartográfica, assim como proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari (JÚNIOR, 2011) não deve constituir-se de modelos pré-determinados, com estruturas prontas e metas específicas. Júnior (2011) nos fala que a cartografia consiste, inicialmente, em acompanhar os processos e devires que constituem um campo social, em contínuo arranjo e desarranjo. Mas que, o trabalho do cartógrafo não se define somente a livre aventura, sem direção e longe de orientação. Ao contrário, trata-se do desafio de inverter o sentido tradicional do método, sem desconsiderar a concepção do trajeto de pesquisa.

O caminhar da pesquisa, deste modo, não se configura como um caminhar onde os resultados são dados de antemão, com derivados prontos. É o primado do caminhar que redefine a radicalidade do percurso como sua meta, modificando a produção dos dados de pesquisa.

O método cartográfico, nesse sentido, deve ser traçado no e a partir do plano da experiência, pois, em primeiro lugar, o cartógrafo mergulha para dentro da malha dos agenciamentos que emergem. A percepção do mesmo é posta no sentido específico da sensibilidade, no encontro com mundos, configurações existenciais e transitoriedades (JÚNIOR, 2011). Rolnik (1989) nos fala da cartografia como um desenho que acompanha os movimentos de transformação da paisagem, ao mesmo tempo em que se faz, em que é delineado. Segundo ela, a cartografia consiste numa espécie de abertura ao finito ilimitado das possibilidades da existência humana.

Conhecer é, deste modo, criar uma realidade de si e do mundo, provocar consequências políticas. Quando meras representações do objeto já não nos contentam, quando simplesmente olhar para um monumento turístico estático já não nos faz vibrar com o caminho de uma viagem, quando bradamos que o conhecimento é a transformação da realidade, aí o processo de pesquisa ganha tal complexidade que nos obriga a forçar os limites de nossos procedimentos metodológicos. Dá-se primado ao caminho que vai se traçando, onde restam pistas metodológicas e uma direção ética e política para avaliar os efeitos da experiência. Conhecer a realidade, com isso, é acompanhar seu processo de constituição, o que só se torna possível, com uma imersão no plano do que é experienciado. É preciso caminhar com esse objeto, constituir-se no caminho (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2012).

A Cartografia irá se fazer juntamente com a perda de sentido de determinados mundos e a produção de outros, que se geram para expressar afetos. Cartografar, pois, é dar língua a esses afetos que nos pedem passagem (ROLNIK, 1989).

Como dispositivo para amparar esse modo cartográfico de relacionar-me com o caminho utilizei o diário de campo, para com ele colocar as intensidades com que me encontrei ao longo do percurso. Passos, Kastrup e Escóssia (2012) afirmam que compreender que toda pesquisa é intervenção coloca quem conhece e o que é conhecido em um mesmo espaço implicacional. Nesse sentido, o registro do processo de pesquisa importa porque aproxima pesquisadores e pesquisados, uma vez que permite a análise de implicações que se cruzam no processo do pesquisar. Deste modo, o registro do trabalho ganha função de dispositivo, como disparador de desdobramentos da pesquisa. O aqui designado diário de campo diz respeito ao modo de dizer e registrar a experiência, onde o autor encontra pistas metodológicas no exercício de uma escrita íntima.

Ao mesmo tempo, trazemos ao campo de pesquisa a contribuição do *clipping*, mecanismo utilizado nos estudos da Comunicação Social, o qual configura uma derivação do inglês *clip*, que quer dizer-nos dos atos de cortar, aparar, reduzir, ou recortar. Ele é, na área da comunicação, o recorte de uma unidade informativa. Aqui pensamos nas formas midiáticas como dispositivos discursivos, uma vez que produz histórias presentes que tornam tensionados a memória e o esquecimento (GREGOLIM, 2007). Pois, a mídia, permeada de instantaneidade, produz histórias que estão em percurso permanente, onde o sujeito movimenta-se no presente a partir da resignificação de símbolos e códigos arraigados no passado.

Os sujeitos são produzidos a partir de contínuos movimentos de interpretação e reinterpretação das inúmeras possibilidades identitárias disponibilizadas pelo meio midiático. Bauman (2006) conceitua a identidade como um efeito de pertencimento, sendo que, para ele, os lugares contemporâneos são permanentemente deslocados pelas máquinas de informação e, por isso, é impossível fixar-se rigidamente em um território identitário único.

Com isso, ao objetivar a generalização de modelos, a mídia promove uma circulação incessante de imagens, produz deslocamentos e desterritorializações e, nesse sentido, atua como dispositivo de generalização e disciplinamento do corpo social. Ou melhor, na sociedade contemporânea, a produção midiática possibilita circular representações, colaborando para a produção de inúmeras interconexões discursivas. Além do que, “as vozes

que falam na mídia fazem eco a outros dizeres que vêm de outros lugares da sociedade” (GREGOLIM, 2007, p. 22).

Além disso, olhar os textos das Leis e Diretrizes que regulamentam a Lei da Aprendizagem, buscando-as junto ao Portal do Ministério do Trabalho e Emprego tornou-se importante porque, assim como Foucault (1999), quando afirma que mesmo que todos tenhamos um lugar no discurso, as circunstâncias determinam que não é qualquer um que pode falar sobre qualquer coisa em qualquer lugar. Dessa forma, o lugar que ocupamos na ordem do discurso, além de regular o que falamos, regula os sentidos daquilo que falamos. Portanto, dependendo do lugar de onde se fala, o que é dito sobre juventude possui determinada legitimidade e provoca, do mesmo modo, diferentes sentidos.

Olhar as Diretrizes que regulamentam o Programa Jovem Aprendiz, significa pensar sobre uma rede de significados que constroem modos de ser e de se relacionar com os jovens (SPOSITO et al, 2006).

Além do que, quando são elaboradas, as políticas constituem, por meio de suas linhas de orientação, o seu público, quais os seus objetivos, quais as estratégias a serem utilizadas, assim como, certa performatividade reservada ao usuário [jovem] nesses espaços políticos.

Com isso, conforme circunscrevem determinadas opções, as correntes das políticas públicas delineiam, por meio de discursos e práticas, esses que são denominados de público-alvo, assim como, a juventude, produzindo modos de ser e viver as posições juvenis. Pois, conforme Sposito et al (2006), as políticas sofrem efeitos das concepções de juventude produzidas socialmente, e da mesma forma, provocam determinados efeitos nas representações que se constroem sobre os jovens. Engendra-se uma rede de significados que constroem modos de ser e de se relacionar com os jovens, de tal forma que, as ações de políticas públicas de juventude podem produzir novos sentidos e práticas para e pelos jovens, assim como, reforçar concepções e modos de viver já veiculadas (SPOSITO et al, 2006).

Assim sendo, tomei a perspectiva da Cartografia como um princípio a guiar o percurso de pesquisa (o percurso ocorre nos encontros), me amparei no dispositivo da unidade informativa do *clipping* (mídia), elaborei o diário de campo- como dispositivo implicacional ao processo de pesquisa-, e busquei estudar e analisar as produções discursivas das Diretrizes e Decretos da política, considerando ainda a perspectiva da Análise do Discurso Francesa como uma importante intercessora para movimentar os materiais tornados objetos desta pesquisa, por entender que o discurso descreve realidades, mas que, sobretudo, às constituem



## **2 A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE PENSAMENTO: COMO COMPREENDER A CONSTRUÇÃO E DELIMITAÇÃO DE ALGUNS DISCURSOS SOCIAIS SOBRE O QUE É “SER JOVEM”**

*Pensar no caminho percorrido até aqui é pensar em um processo. Processo de aprendizado, conhecimento e construção. Não há determinantes que fincam raízes e não me permitem trilhar a caminhada. Não há nada obscuro, não há nada dado, tudo vai sendo construído (Diário de campo, Outubro de 2015).*

Assim como falam as palavras descritas acima, o caminho deste trabalho não foi pré-determinado, ou ainda, previamente delineado. Ele foi sendo construído, pensado, estudado. Foi produzindo sentidos. E esses sentidos foram sendo capturados, através das Diretrizes que delineiam as Políticas Públicas de Juventude, e assim, compõem o Programa Jovem Aprendiz, assim como, nos recortes realizados das mídias virtuais disponíveis do Portal SENAC RS. Um material que num primeiro momento se revela como uma possibilidade de estudo se constitui ao longo do percurso, em riqueza. Não uma riqueza desconhecida, a qual eu me atreva a “descobrir”, mas uma riqueza que nos propõe atravessar a linguagem e seus sentidos.

A Análise do Discurso em sua perspectiva francesa se mostra, nesse sentido, como uma estratégia a ser utilizada. Segundo a perspectiva de Michel Foucault (1986) é preciso, antes de qualquer coisa, recusar explicações unívocas, meras interpretações e a busca de sentidos únicos ou ocultos das coisas práticas. É necessário nos empenharmos a ficar no nível de existência das palavras, do que é dito. Isso implica em um trabalho árduo para deixar o discurso aparecer na peculiaridade de sua complexidade. Assim nos damos conta de uma missão, na tarefa de nos desprender de um aprendizado que nos conduz a olhar os discursos apenas como conjuntos de signos, carregando determinados conteúdos ou significados quase que ocultos, escondidos nos textos. Ou seja, é necessário, em primeiro lugar, nos livrarmos de uma posição de reveladores de uma verdade, ainda intocada.

Foucault, pois, vem nos ensinar que não há mistérios escondidos por detrás das cortinas do conhecimento. O que encontraremos são enunciados e relações que o próprio discurso opera. Analisá-lo, desta forma, é nos colocarmos a disposição de nos darmos conta das relações históricas e das práticas concretas (vivas) que o atravessam. Foucault ressalta que não nos cabe

mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse .mais. que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 1986, p.56).

O autor vem nos dizer que a Análise do Discurso trata-se de um esforço de interrogar o que efetivamente é dito, sem a pretensão de procurar referentes ou fazer interpretações reveladoras de sentidos reprimidos. A questão é simplesmente indagar sobre de que modo a linguagem é produzida e o que determina a existência de dado enunciado de forma singular e limitada. Foucault (1986) nos diz que é preciso ficarmos nos espaços em branco. Ao contrário de buscar explicações lineares de causa efeito ou até interpretações ideológicas reducionistas de uma realidade bem mais complexa, nos é essencial aceitar que a realidade se constitui, antes de tudo, por ser atravessada por batalhas em torno da imposição de sentidos (FOUCAULT, 1986).

Mapear os ditos. Multiplicar as relações. Situar as coisas ditas em campos discursivos. Extrair delas alguns enunciados. E colocar os mesmos em relação a outros. Isso quer dizer de uma Análise do Discurso. Nesse sentido, apoiada em Foucault (FOUCAULT, 1986, p.135), “chamarei de discurso um conjunto de enunciados que se apóiem na mesma formação discursiva”. Talvez “enunciado” seja o eixo central das variadas formas com que o autor vem nos dizer do discurso. Em algumas delas ele define discurso como número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência, ou como domínio geral de todos os enunciados, como grupo individualizável de enunciados, ou ainda, como prática regulamentada que dá conta de um certo número de enunciados (1986).

Fischer (2001) nos traz a elucidação de que o enunciado atravessa a linguagem. Ou seja, o enunciado se encontra na transversalidade do que é dito, ele se trata de uma função que cruza um domínio de estruturas possíveis, fazendo com que apareçam conteúdos concretos no tempo e no espaço.

Deste modo, se faz necessário ressaltar que o enunciado, diferente dos atos de fala e mesmo das palavras não é inteiramente oculto, assim como, não está imediatamente visível.

Pois, é o enunciado que coloca em jogo um conjunto de elementos que se referem às possibilidades de aparecimento e delimitação de determinado discurso (FOUCAULT, 1986).

O caminho é, nesse sentido, o de esforçar-se para interrogar a linguagem, aquilo que efetivamente é dito. Lembrando que não nos cabe carregar a intenção de procurar referentes ou de promover revelações de verdades e de sentidos reprimidos. A questão é perguntar de

que formas a linguagem é produzida e o que nessa existência determina o enunciado singular e limitado.

Foi por este caminho de pensamento em que fui construindo o presente estudo. A minha pretensão não foi descobrir verdades ou revelar mistérios sobre a inserção dos jovens no Programa Jovem Aprendiz. Ao contrário, me coloquei a disposição de uma abertura para a interrogação mesmo, para mapear o que tem sido dito sobre os Jovens inseridos no Programa, a fim de compreender como os enunciados encontrados constituem possibilidades de aparecimento e delimitação de determinados discursos sobre o que é ser jovem.

Este processo de pensamento me levou a pensar sobre como os aspectos históricos que falam da constituição do jovem como trabalhador, em determinado modo de vínculo empregatício, específico para sua faixa etária, dizem de toda uma construção e delimitação do discurso social sobre o que é “ser jovem”. E é por este caminho que me proponho a dar os primeiros passos, no caminho de compreensão sobre como a questão do trabalho é enunciada nos atravessamentos sobre o que produzimos como jovem.

### **3 COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI: ASPECTOS HISTÓRICOS QUE DIZEM DE TODA UMA CONSTRUÇÃO E DELIMITAÇÃO DO DISCURSO SOCIAL SOBRE O QUE É “SER JOVEM”**

Empreender um trabalho sobre juventude configura construir um trabalho sobre uma multiplicidade de juventudes. Encontrei estudos que falam de jovem, falam de juventude e logo adiante chamam jovens de adolescentes, e vice-versa. Confesso ter me atrapalhado até mesmo no que eu realmente gostaria de pesquisar, justamente por me deparar com uma rede de sentidos e significados sobre o ser jovem, assim como, sobre o que é juventude. Daí pude me questionar, o que é que estamos tratando como juventude?

As produções demonstram, pois, que não há somente um tipo de juventude, mas sim grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo. Como Albuquerque e Araújo (s/d) referem, não há como delimitar a juventude a uma única concepção, visto a multiplicidade de formas como esta é vivida pelos diferentes indivíduos.

Conforme Pais (1990) a juventude pode ser compreendida por duas vertentes. Numa delas, a juventude é tida como um conjunto social, em que a principal característica é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma determinada fase da vida, onde prevalecem aspectos mais uniformes que caracterizariam essa etapa da vida, aspectos que fariam parte de uma conceituação de geração. Na outra, a juventude é tomada como um conjunto social diversificado, mesclando diferentes culturas juvenis, em função de diferentes lugares de pertencimento. Aqui se assumiria um conceito de juventude para delimitar universos sociais que não têm, necessariamente, nada de comum.

A juventude constitui-se, nesse sentido, segundo Esteves e Abramovay, citados por Albuquerque e Araújo (s/d), como uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade gerada a partir das múltiplas formas como esta vê os jovens, produção esta na qual se conjugam inúmeros fatores, entre estereótipos, referenciais múltiplos, momentos históricos, além de situações de gênero, etnia ou classe.

Margullis e Uresti (apud ALBUQUERQUE; ARAÚJO, s/d) defendem que o conceito de juventude, assim como em todas as conceituações construídas socialmente, possui dimensões simbólicas, e que por isso, devem-se considerar as determinações materiais, históricas e políticas para uma definição da condição juvenil. Os autores concluem que os jovens tem que ser reconhecidos em sua multiculturalidade, uma vez que não há uma única cultura sobre ser jovem, mas sim, diversos grupos em suas características particulares.

Esteves et al (2005), entretanto, pontua a juventude como uma fase de crises e conflitos, sinalizando o fato das juventudes terem representações difusas socialmente, pois, os jovens são, por um viés, chamados de futuro da sociedade, e por outro ponto, acusados de pensar e agir de forma irresponsável, além de não produzirem e dependerem economicamente da população economicamente ativa, os adultos. Conforme ele, há tensionamentos nas relações entre os jovens e adultos, visto que os primeiros são considerados capazes, não só de contestar como também de reverter ordens estabelecidas.

A juventude parece, segundo o autor, condenada à submissão, uma submissão frente ao mundo adulto, pois são impetuosos, impacientes, inexperientes e ignorantes. Esteves et al (2005) assinalam outro ponto interessante, o de que a juventude pode ser associada à ameaça social e à criminalidade, vistos como uma população impulsiva, que não sente-se culpada e que é passível de provocar desordem.

Silva e Silva (2011) porém, assumem que o sentido mais comumente utilizado é aquele que define a juventude como uma fase de transição entre a adolescência e a vida adulta. Essa transição se revela, pois, como um momento de preparação, um devir do que o este sujeito pode tornar-se. Abramo (2008) confirma a mesma posição, considera que a juventude, para a sociedade moderna, se caracteriza como uma fase de preparação do jovem para tornar-se um futuro cidadão, incluindo aqui a preparação para assumir funções produtivas e reprodutivas.

Da mesma forma, para Silva e Silva (2011), citam a Organização Pan-Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde (OPS/OMS), que pontua a juventude como uma categoria sociológica que nomeia um momento de preparação de sujeitos jovens para assumirem o papel social de ser adulto. Em uma questão etária, tais organizações, consideram jovens todos os cidadãos e cidadãs na faixa de 15 a 24 anos. Contudo, quando falamos de um posicionamento da Política Nacional de Juventude (PNJ), é considerado jovem o indivíduo entre 15 e 29 anos.

Entretanto, Silva e Silva (2011) apontam que mesmo incluindo os sujeitos numa mesma faixa etária, há características que se diferenciam conforme o contexto no qual os jovens se encontram. Por isso é que se justifica falarmos de juventudes, no plural, uma vez que, tal expressão caracteriza o reconhecimento da necessidade de considerarmos que devemos levar em conta a multiplicidade de sentidos que se produzem a cerca deste segmento. Além disso, as organizações juvenis podem expressar a tendência a caracterizar a juventude atual como uma fase da vida na qual a maioria de seus integrantes confronta-se com

várias manifestações sociais, o que delimita determinados lugares para a condição de ser jovem.

Sendo assim, podemos ampliar nosso olhar sobre as Políticas Públicas de Juventude e suas pluralidades. O que se percebe é que há poucas décadas, os jovens não apareciam como uma categoria psicossocial relevante para a formulação de ação comunitária, porque a eles não era dedicado um segmento social autônomo, não possuíam direitos civis e políticos e nem eram vistos como atores sociais ativos. Contudo, conforme Freitas e Oliveira (2012) com o aumento do percentual de envelhecimento, coloca-se a juventude como centro nas políticas públicas dirigidas às possibilidades de mudança. O que presencia-se, nesse sentido, é que no fim do século XX, este cenário transformou-se, destinou-se à juventude um lugar de participação ativa na construção de propostas de ação e melhoria da qualidade de vida.

A partir disso, a juventude tem ganhado relevância na produção acadêmica, nos discursos políticos e nos conteúdos de mídia ao longo dos últimos 50 anos. Nesse período, ao longo do século XX presenciou-se no Brasil uma ampliação das perspectivas de análise a respeito da infância e juventude. Esse movimento havia iniciado já no século XIX, quando foram criadas medidas do Estado para prover recursos e assistência a dita infância "órfã e desamparada". Estas foram medidas que buscaram o controle da ordem social para impedir rupturas no convívio comunitário, evitando que estas crianças se tornassem jovens marginalizados (FREITAS; OLIVEIRA, 2012).

Contudo, o grande êxodo rural para os centros urbanos, nas décadas de 1940 e 1950 do século XX, aumentou a entrada de crianças e jovens no trabalho fabril e industrial. A participação infanto-juvenil nestes cenários insalubres constituiu-se, nesse momento, como uma forma de contribuir para a sobrevivência familiar, embora para isso esses jovens e crianças ficassem longe da realidade educacional. É envolta desta dinâmica, que nos anos 1940, segundo Freitas e Oliveira (2012) emergem as primeiras parcerias entre o Estado, como regulador e responsável pela tutela das crianças e jovens e algumas instituições destinadas a formar e cuidar da trajetória profissional destes que são apoiados pelo Estado. São criados programas destinados a formar mão de obra técnica e especializada ao nível de ensino médio, objetivando que a mesma seja absorvida pelo mercado de trabalho técnico emergente.

Entre as diferentes propostas de ação administradas pelos governos federal, estaduais e municipais, destacaram-se as ações educativas e de formação conduzidas aos jovens, pretendendo possibilitar profissionalização e capacitação técnica que lhes garanta absorção pelo mercado de trabalho. É já na década de 1940 que surgem entidades profissionais

comprometidas com este tipo de profissionalização e apoiadas pelo Estado, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), criado em 1942, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946 (OLESKI apud FREITAS; OLIVEIRA, 2012).

Além disso, entre as décadas de 1950 e 1960, emergiram leis, portarias e decretos com o intuito de instaurar um avanço na tentativa de unificação da educação profissional e do ensino secundário. A partir daí, leis começaram a legalizar a profissionalização de jovens e adolescentes, visto que já não se sustentava a obrigatoriedade do ensino fundamental. E com a institucionalização das formas de capacitação técnico-profissional, os jovens e adolescentes começam a ser incluídos nos planos de ação das políticas nacionais de profissionalização e desenvolvimento técnico, dirigidos prioritariamente para garantir absorção dos jovens pelo mercado de trabalho.

O caráter alternativo dos programas de orientação para o trabalho que surgiram na década de 1970 traziam em suas tentativas compatibilizar atividades geradoras de renda e o desenvolvimento de um processo educativo fora de um espaço de reclusão. Os debates mantinham a percepção de que às crianças e os jovens abandonados/ internados deviam dispor de oportunidades de trabalho, entendendo que isso serviria como um dispositivo de prevenção de riscos (AMAZARRAY et al, 2009).

Lidava-se, nesse sentido, não com o menor trabalhador, mas com os infratores e carentes, os quais precisavam de controle social. Percebe-se que em muitos projetos desenvolvidos por instituições e destinadas aos jovens infratores, as atividades laborais e profissionalizantes oferecidas foram usadas também como medidas de punição (AMAZARRAY et al, 2009).

Quando analisam sobre o modelo de obrigatoriedade do ensino profissional no Brasil, os autores supracitados, referem ser evidente a cisão entre a atenção ao menor trabalhador e ao infrator ou carente, embora buscassem livrar-se da marca de um ensino profissional voltado para os desprovidos ou desgraçados. Contudo, a insatisfação por parte de professores e alunos com o ensino profissional de nível médio acabou por extinguir a sua obrigatoriedade na década de 1980. Desde então, outras leis foram criadas com o intuito de legalizar a profissionalização de jovens e adolescentes (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-SENAC, 2010).

Conforme Freitas e Oliveira (2012), com a institucionalização das formas de capacitação técnico-profissional, os jovens e adolescentes começam a ser incluídos nos planos de ação das políticas nacionais de profissionalização e desenvolvimento técnico, que são

conduzidos ao nível médio da escolarização. De uma adolescência e juventude que eram vistas como destinatárias dos serviços e propostas da ação pública, começa o movimento de surgimento de uma juventude, que ainda é oriunda dos setores populares, mas que pode, a partir de então, beneficiar-se dos programas de formação técnica, passando a utilizar tal formação como complemento para a sua preparação com foco no ingresso no mercado de trabalho (FREITAS; OLIVEIRA, 2012). A educação técnico-profissional surge, então, ligada à possibilidade de garantir função social para estes jovens, função esta reconhecida no sistema produtivo.

Percebemos, desta maneira, que muito além de uma perspectiva de integração do jovem ao Mercado de Trabalho, há também uma perspectiva do jovem enquanto cidadão. Ou seja, conforme essa modalidade de trabalho, a Aprendizagem, é posta como um modo ativo da sociedade produtiva, torna-se possível aos jovens “fazer parte” de um modelo de sociedade justa. Há uma posição do jovem como cidadão, quando este torna-se um potencial ator da produção.

Com isso, quando me dou conta de que esse processo histórico e de constituição de um jovem- que também é trabalhador- perpassa a emergência de determinadas políticas públicas destinadas a este segmento social, percebo que se faz necessário estudar as Diretrizes e Portarias que regulamentam tais políticas, visto a importância de pensarmos sobre os lugares de onde determinados enunciados tornam-se possíveis.

Podemos perceber que no decorrer do século XX, novas demandas relacionadas ao âmbito Jovem X Trabalho desafiaram a relação entre educação e trabalho, no que se refere a formação de profissionais qualificados e sua inserção no mercado de trabalho. Surgem, neste contexto, as legalizações da profissionalização de jovens, com o objetivo de lhes assegurar o direito à educação em condições dignas (FREITAS; OLIVEIRA, 2012).

Emergem, a partir disso, conforme os autores, programas e modalidades educativas que materializam esse novo contexto de trabalho para os jovens: a) Escola de Fábrica para jovens de 16 a 24 anos (Lei nº 11.180/05); b) Programa ProJovem (Programa Nacional de Inclusão do Jovem) para jovens de 18 a 24 anos (Lei nº 11.129/05); c) Primeiro Emprego, para profissionalizar jovens de 16 a 24 anos (Lei nº 10.748/03); d) Estágio com supervisão no ambiente de trabalho de alunos dos anos finais do ensino fundamental (Lei nº 11.788/08); e) Programa Jovem Aprendiz para jovens de 14 a 24 anos (Lei nº 10.097/00).

Quando integrada ao Sistema Público de Trabalho Emprego e Renda, essa modalidade se configura como uma estratégia articulada ao Plano Nacional para que o jovem participe



efetivamente do projeto de uma sociedade mais justa (BRASIL, 2008). Uma vez que, se percebe um investimento para que este jovem valorize esta oportunidade e possa usufruir deste espaço formador, que é a matrícula nos cursos que acompanham a vaga de trabalho.

Os documentos disponibilizados pelo Ministério do Trabalho, Emprego e Renda colocam a legitimidade dos Programas de Aprendizagem justamente neste ponto. Objetiva a inserção da camada da população sem experiência no mercado (afinal de contas com 14 anos não há como ter experiência de trabalho formal), mas, sobretudo, tenta dar conta da produção de um espaço de formação, de aperfeiçoamento para esta camada social. Tudo isso, contudo, é colocado às empresas como um modo lucrativo de giro da mão de obra produtiva, afinal uma parcela que, se considerarmos apenas vínculos formais de trabalho, estaria fora do mercado, constitui-se como uma população economicamente ativa.

Logo, a Aprendizagem passa a ser representada como uma Política Pública valiosa e que precisa ser investida. Daí o que vemos no próprio portal do Ministério do Trabalho, Emprego e Renda são documentos falando de estimativas e percentuais de crescimento das contratações de jovens pelo Programa, assim como, nos convida a observar a importância da implantação da Aprendizagem Profissional nas empresas do Brasil. O que percebemos é que o modo como são mostradas as informações criam um espaço tanto de orientação e informação, mas muito claramente, como modo de divulgação e de propaganda.

Um boletim informativo (BRASIL, 2014) traz como relevância que o número de contratações de jovens aprendizes aumentou no período de 2012 a 2014. Ele fala do avanço com que esta Política é executada no país, mas ressalta que apesar de expressivos resultados nas admissões nessa forma de contratação, ocorre ainda uma longa jornada a ser trilhada. Visto que, as 402.683 admissões do ano de 2014 somam somente 32,53% do potencial de contratos de Aprendizagem (tendo como referência a cota mínima de 5% estabelecida pela Consolidação das Leis do Trabalho- CLT).

Tendo em vista o crescente investimento social na execução de programas de trabalho e capacitação profissional pra jovens, escolho trabalhar, nestes escritos, sobre o Programa Jovem Aprendiz, um tipo de programa de Aprendizagem Profissional executado pelo SENAC.

#### **4 O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: A EMERGÊNCIA DE UMA SOCIEDADE DE CONSUMIDORES E A PRODUÇÃO DE UM SUJEITO ECONÔMICO**

*Quem sabe não estamos todos nós neste barco? Quem sabe falar do Programa Jovem Aprendiz também não nos diz de formas de produção social vivenciadas por todos que lêem estes escritos? Quem sabe não fale de nossas trajetórias acadêmicas? E quem sabe, afinal, você também se de por conta que fala do modo de produzir e pensar seu lugar social enquanto sujeito?(Diário de Campo, Novembro de 201)*

A Aprendizagem Profissional, em uma de suas possibilidades, pode ser executada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) constitui-se, ao longo dos 60 anos de sua existência, por uma instituição que concede atendimento a jovens que possuem vínculo contratual de trabalho com empresas de comércio de bens, serviços e turismo, e que, por estas são encaminhados para formação profissional. A Instituição, no conjunto de suas ações educativas, oferta cursos destinados a jovens, caracterizando o Programa de Aprendizagem Comercial (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-SENAC, 2006).

Percebe-se que, desde a sua criação, a Instituição se ocupa das áreas do comércio de bens, serviços e turismo, ocupações estas que, no período de criação do serviço, não eram caracterizadas como ofícios. As poucas ocupações que poderiam ser caracterizadas como ofícios eram proibidas para menores (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-SENAC, 2006). Deste modo, podemos elucidar que o serviço constitui-se, já nos seus primórdios, como uma instituição voltada para a inserção dos sujeitos em determinados ofícios. Logo, a legislação de criação do SENAC emerge marcada pela responsabilidade de manter cursos de continuação e de especialização para os empregados do comércio, não sujeitos à aprendizagem.

O SENAC se propõe, no início de suas atividades, a atender aprendizes e candidatos a emprego no comércio com cursos de Auxiliar de Comércio e de Auxiliar de Escritório. Através do Ginásio Comercial, atendia os menores que não tinham possibilidade de cursar a escola básica completa, à época uma escola elitista e que oferecia poucas oportunidades de estudos à população mais empobrecida. Tradicionalmente, o atendimento a jovens em programas de educação profissional do SENAC contempla, tanto os aprendizes encaminhados

pelas empresas, quanto os candidatos a emprego no comércio de bens, serviços e turismo (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-SENAC, 2006).

Atualmente, o serviço admite que a capacitação profissional representa o carro-chefe das ações desenvolvidas, caracterizando quase 90% das suas programações educacionais. O Sistema SENAC opera, nesse sentido, em cumprimento à sua missão institucional de “*Educar para o trabalho em atividades do comércio de bens, serviços e turismo*”. É possível visualizar, desta forma, um enunciado de comprometimento com a qualidade da educação e com o desenvolvimento dos cidadãos no Programa de Aprendizagem, destacando aqui o programa Jovem Aprendiz.

O Programa Jovem Aprendiz se constitui, deste modo, como curso de formação básica ou técnica na área em que o jovem aprendiz trabalha. Jovens entre 14 e 24 anos são contratados na condição de “aprendizes”. Eles têm como direito o ingresso ao mercado de trabalho, através de um contrato de até dois anos com carteira profissional assinada, direitos trabalhistas e um salário mínimo nacional, estando responsáveis a terminar o ensino médio sem reprovar por faltas (GONÇALVES, 2014).

Sendo assim, o que se pode visualizar é que desde 2005 foi criado um arcabouço a fim de dar sustentação à exploração do enorme potencial de vagas para jovens a serem encaminhados ao mercado formal de trabalho. Essas vagas surgem a fim de garantir o caráter permanente da aprendizagem como política pública orientada, com resultados monitorados pela ação estatal.

Tudo isso parece ganhar forma a partir de algum tipo de informação e orientação que representa fortemente um modo de divulgação. Daí a importância de pensarmos sobre como os enunciados que falam do programa, divulgam determinadas formas de ser jovem aprendiz e, assim, de ser jovem.

Não só como um trabalho de pensar o Portal do SENAC como modo de divulgação e explanação do Programa Jovem Aprendiz, mas muito em buscar mapear os ditos que ali estão propostos. Pensar as relações que se entrecruzam, colocando as coisas ditas em campos discursivos. E a partir disso extrair alguns enunciados, colocando-os em relação a outros.

O trabalho foi acontecendo conforme fui encontrando-me com os enunciados pensados em algumas guias de acesso do portal e em alguns depoimentos de jovens que participaram do Programa, além dos encontros com os documentos e estudos sobre o mesmo. Separei para acessar a guia que delimita o Programa Senac de Gratuidade (PSG), onde se inclui o Pronatec, que é um tipo de educação técnica para jovens e adultos; e o Programa de

Aprendizagem, o Jovem Aprendiz. Delimitei, então, o acesso ao link correspondente ao Programa Jovem Aprendiz. Ali encontrei determinados links que direcionam para alguns aspectos do programa (explicação do que é o programa, diretrizes que o regulamentam, informações para jovens interessados e informações para as empresas).

Foram realizados recortes de 23 depoimentos (disponíveis no espaço virtual) de jovens de diferentes cidades do Estado do Rio Grande do Sul. Eles falam de sua experiência como Jovem Aprendiz no SENAC e divulgam sobre como esta experiência torna-se importante na caminhada, não só profissional, mas na vida, dos jovens contemporâneos. Foucault (1986) nos diz, pois, que ao estudar um discurso, mesmo que se refira a reprodução de um simples ato de fala individual, não estamos enfrentando uma mera manifestação do sujeito, mas sim, nos defrontando com um lugar de sua dispersão e de sua descontinuidade. O sujeito, afinal, não é um sujeito em si, essencial, ele é ao mesmo tempo comunicante e comunicado, porque por meio dele outros ditos se dizem.

Desta forma, olhar os depoimentos não implica somente em pensar a mera reprodução da opinião individual de cada um destes jovens, mas de pensar nos atravessamentos e sentidos que estas falas individuais produzem no jogo de relações sociais que ali se estabelecem. Foucault vai mais além e nos coloca numa posição de multiplicação do sujeito. Ele indaga, para além de quem está falando. Desdobra os questionamentos sobre qual o status do enunciador, em que campo de saber insere-se, qual seu lugar institucional e como é realizada sua relação com outros indivíduos no espaço ocupado por ele. Além disso, ele questiona sobre o lugar de onde este sujeito fala, qual o seu lugar específico no interior de uma dada instituição, a fonte do discurso daquele falante, e sobre a sua efetiva posição de sujeito.

O autor ressalta que é assim que se destrói a ideia de discurso como expressão de algo, ele escapa a mera reprodução, ele atravessa os campos de linguagem. Posso me atrever a justificar o trabalho de pesquisa realizado ao longo destes escritos desta forma: pensando sobre os enunciados encontrados nas formações discursivas de jovens que participaram da experiência de ser Jovem Aprendiz, nós podemos pensar sobre como a disseminação de informações sobre programas de aprendizagem (por meio da mídia) produz sentidos sobre o que está sendo dito, assim como, sobre quem diz. Com isso, se penso que também podemos estudar sobre o lugar deste que fala nas relações discursivas em que se encontra, podemos pensar sobre como estes se constituem como sujeitos.

Tudo isso me leva a olhar sobre o que vai sendo dito por estes jovens muito além do que meramente é expresso nas palavras. Ressalto que não me engano com a ideia de que são somente depoimentos aleatórios. Acredito que, de alguma forma ou outra, estes discursos são escolhidos e que a escolha de determinados depoimentos condiz com uma dada forma de lugar que é produzida a estes jovens. Ou seja, a reprodução de dados depoimentos em detrimentos de outros, também nos fala sobre o modo como certa modulação do discurso também concorre para estabelecer uma espécie de pragmática do sujeito, ou seja, falas que também incidem sobre a conduta, difundindo algumas formas de ser “jovem aprendiz”. Nesse sentido, não se pode falar que os depoimentos apenas descrevem formas de existência ora nomeadas como “Jovem Aprendiz”, pois que os mesmos depoimentos também conformam e constituem formas de ver e pensar sobre si e sobre o outro. (NUNES, 2013)

Neste percurso, percebo que até mesmo a forma que vai sendo dada ao *layout* da página do SENAC, na qual são dispostos os depoimentos dos jovens, remete à formas de divulgação ou ao discurso midiático. As informações vão sendo anunciadas, os benefícios são destacados ao mesmo tempo em que se divulga como o próprio SENAC atua (enquanto instituição de capacitação).

O primeiro enunciado com que me encontro é o de que há “*mais de 20000 jovens capacitados por ano!*”. E vem com esta conotação de exclamação, de anúncio de um resultado produtivo. O programa é anunciado como aquele que “*significa educação profissional de qualidade para que milhares de pessoas possam planejar seus estudos e ter mais oportunidade de trabalho e emprego*”.

Da mesma forma, o SENAC convida o empregador a fazer parte “*do processo de transformação*” desses jovens, mediante uma ação proativa, que abre oportunidades de trabalho, contribuindo, dessa forma, para a construção de uma vida pessoal, social e profissional mais digna e produtiva (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-SENAC, 2006). Claramente, o folder de divulgação do programa anuncia “*Bom negócio é contratar um aprendiz*”, colocando o negócio como um meio da transformação do jovem em Jovem Aprendiz.

No âmbito desse programa, os empregadores são interpelados a assumirem o papel de contratantes dos aprendizes, ao mesmo tempo em que são convidados a serem “*parceiros*” da ação educativa do SENAC. É interessante assinalar que esta “parceria” com as empresas é enunciada em um contexto que se dá destaque para os benefícios dos quais as organizações podem gozar ao implantar o Programa Jovem Aprendiz.

Além disso, quando pensamos sobre o que é listado para cada um (jovem e empresa) podemos perceber que ao jovem cabe responsabilizar-se sobre este processo, investindo na educação, na busca de excelência. Para a empresa, a explanação sobre o processo caminha pela explicitação do lado lucrativo dos benefícios. Ao jovem é reservado o lugar de beneficiário, no sentido da oportunidade de uma inserção de trabalho (que é um tipo de vínculo diferente de um vínculo institucional formal). Assim, um lugar numa instituição formadora é ainda enunciado como uma oportunidade dada pela empresa por intermédio do SENAC, tornando-se o jovem, como dito, não um trabalhador formal, mas, em última medida, um beneficiário que pode vir a ser um trabalhador formalmente contratado. Para acessar a oportunidade, a condicionalidade é que esteja frequentando o SENAC. Por meio desses discursos, pode-se visibilizar os atravessamentos da economia nos processos de governamentalidade dos sujeitos e também subjetivação. Com efeito, ao analisar os depoimentos já referidos, considerando o seu contexto, pode-se entender o processo de “transformação” prometido por instituições como o SENAC, a qual promete, em última medida, por meio de um período de capacitação, produzir cidadãos.

Transformação esta que vai nos dando sinal de um sujeito que é socialmente produzido como “capaz” quando escapa de uma situação de “*inexperiente*” para um indivíduo que esforça-se para investir na oportunidade de inserção no “*mercado*”. Me dou conta neste ponto que o enunciado “mercado” nos fala de um lugar de comercialização e investimento de produtos que, de uma forma ou outra, produz lucratividade, mas também subjetividades.

Pensando deste modo me remeto à emergência de uma sociedade de consumidores, na acepção de Bauman (2008), que produz modos de subjetivação atravessados pelo imperativo do verbo-prática “consumir”. Bauman (2008) trabalha com a noção de um sujeito que, atravessado pelos imperativos sociais do consumo, investe na afiliação social de si mesmo, pautando suas experiências em aspectos “vendáveis”, ou seja, que procura obter qualidades para as quais existe uma demanda de mercado ou que procura inovar (reciclar) virtudes de que já dispõe e torná-las possíveis mercadorias desejáveis pelo mercado.

Sendo assim, estes jovens que, enunciam a “*capacitação*” profissional como uma “heroína” para a sua legitimação social, dão mostras dos modos de subjetivação em uma sociedade consumista. Pois, os ditos de agradecimento ao SENAC pela ajuda em conceder “*uma noção de como será o mercado*” dizem de uma preparação para que o jovem trabalhe qualidades que o tornarão um competidor a altura das demandas produzidas no lócus do

mercado. Este jovem com ajuda do SENAC sente-se, então, após a experiência de Jovem Aprendiz, “*mais preparado do que nunca para o mercado*”.

Esta preparação, no mesmo sentido, aparece com uma representação de excelência e sucesso, com ditos de “*foi o primeiro passo para uma carreira de sucesso*”. Além do que, dizem de um lugar de incompletude destes jovens, de modo que eles estão em franca preparação para serem dispostos neste mercado. Há uma noção de vir a ser sujeito neste enredo social visibilizado, por exemplo, no site do SENAC.

Esse novo tipo de relação pressupõe que o vínculo com o trabalho necessita, além de ser produtivo, ser formador, capacitar o jovem para o mercado. Isso implica em formarmos jovens que estejam preparados para a inserção no mundo do trabalho, isso implica que se preparamos o produto, não teremos escassez no mercado. Pois, estaremos desde antes mesmo da necessidade do sistema produtivo, preparando aqueles que a irão suprir, o que produzirá sujeitos alinhados a necessidade do mercado, assim como, um mercado alinhado aos sujeitos que consomem, até mesmo, o desejo de serem consumidores capazes.

Bauman (2008) nos traz que se a reprodução da sociedade capitalista é alcançada pelos encontros transnacionais repetidos entre o capital no papel de comprador e o trabalho no de mercadoria, então o Estado, capitalista, necessita cuidar para que esses encontros ocorram com regularidade para que atinjam seus propósitos. O trabalho deve ser conservado numa condição impecável, pronto para atrair os potenciais compradores, conseguir a aprovação destes e seduzi-los a comprar o que estão vendo.

Os jovens que buscam trabalho, com isso, precisam ser, de forma adequada, nutridos e saudáveis, acostumados a um dado comportamento disciplinado e possuidores das habilidades exigidas pelas rotinas de trabalho dos empregos que procuram (BAUMAN, 2008). A preferência, entre os empregadores, será por empregados flexíveis e generalistas, capazes de assumir qualquer posto, a qualquer obra. É nesse enredo de uma sociedade de consumidores que o indivíduo torna-se sujeito ao passo que, da mesma forma, virar mercadoria.

O aprendiz, nesse sentido, é um potencial sujeito, que passa a ser objeto de consumo – mercadoria-, mercadoria que deve ser saudável e dotada de habilidades para suprir as necessidades dos clientes. Sendo um potencial sujeito, ele é um potencial trabalhador, que alcançará seu espaço no mercado quando conseguir vender suas habilidades.

Além disso, essas habilidades devem estar em aperfeiçoamento, pois o mercado se modifica, e é necessário atualizá-las para estar em conformidade com a absorção do mercado. Daí temos a educação, a qual deve ser conciliada com o trabalho, constituindo-se como

obrigatoriedade nos programas de aprendizagem. Pois, segundo Bauman (2008), ninguém mantém segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de forma contínua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável.

Os sujeitos dos programas de aprendizagem, com isso, vão sendo constituídos a partir de uma lógica capitalista de mercado, eles são capacitados, disciplinados para tornarem-se uma mercadoria vendável, são um potencial de sujeitos e trabalhadores que só serão inscritos socialmente quando alcançarem habilidades capazes de suprir as necessidades do mercado. Produzimos um enredo social de transformação dos atores em objeto de consumo, onde a legitimação de um sujeito só se dará quando este estiver suficientemente vendável para o mercado capitalista. E, assim, a inserção nas políticas de investimento a juventude tornam-se desejáveis, pois são mecanismos de ascensão social que circunscrevem os sujeitos na conjuntura da sociedade.

Bem, através deste processo de pensamento, posso destacar alguns pontos que começaram a ganhar corpo quando analisei os enunciados destacados pelos depoimentos. Muito claramente a maioria das falas nos diz de uma transformação social. Uma transformação que nos fala de jovens “*sem experiência*” que através da “*capacitação dos melhores professores*” torna-se um sujeito capacitado, com melhores condições de “*inserção no mercado de trabalho*”. Mas para além disso e, quero destacar porque é isso que me chama atenção, esta transformação sim é comunicada no âmbito do trabalho e da vida profissional, mas percebe-se que, conforme os depoimentos vão aparecendo, há uma chamada para uma ressubjetivação ou transformação total destes sujeitos, algum tipo de capacitação que o torna apto para a “vida social”. Isso aparece quando em um depoimento vem o enunciado “*tenho a sensação de que entrei uma pessoa e sai outra*”. Ou seja, há uma prerrogativa de que o sujeito torna-se, além da vida profissional, alguma coisa diferente do que era quando entrou no programa. Mais ainda, “*o que aprendi levarei para a vida toda*”, percebe-se um enunciado de permanência para a forma como esta experiência constitui a vida destes sujeitos.

É como se este sentimento de pertencimento ao corpo social se tornasse possível a partir do momento em que este jovem, de pouca idade, despreparado para o mercado de trabalho, é agraciado com uma capacitação profissional do SENAC. Pois “*a experiência ajudou a superar medos*”, “*desenvolver capacidades*”, “*criar responsabilidades*” e “*conhecer pessoas importantes*”.

Da mesma forma, esses enunciados falam de uma inserção em espaços que, antes, não seria possível a estes jovens. Podemos pensar sobre isso quando visualizamos algumas



expressões sobre como a oportunidade de inserção no programa diz de uma possibilidade de aprendizado para comunicar-se com pessoas de “*mundos diferentes*”. E que estes contatos, com professores e colegas de outros mundos, possibilitam um acesso “*ao mundo dos negócios*”. Podemos pensar, nesse sentido, que esta inserção em mundos diferentes fala do acesso a um mundo econômico e produtivo, que torna-se possível, quando estes jovens passam por este processo de transformação de suas vidas.

Detenho-me a pensar sobre a proposição de Foucault (1982) quanto à emergência de um Homem Econômico e de que forma este este sujeito é atravessado pela produção da economia no corpo social. Na sua aula de 28 de março de 1979, quando ministrou o curso *Naissance de labiopolitique*, Foucault assegura que para entender as relações existentes entre economia, direito e política, é preciso assumir uma investigação sobre o surgimento do Homem Econômico.

Foucault nos fala que esta noção de sujeito, que não é definido nem por sua liberdade, nem por uma oposição entre corpo e alma, marca um sujeito que aparece como passível de escolhas individuais, ao mesmo tempo, que irredutíveis e intransmissíveis. Este sujeito, então, pode ter uma opção irredutível quando, ao julgar as situações fornecidas, escolhe aquilo que lhe oferta alguma satisfação. Pois bem, o autor nos dirá que, esta opção que o sujeito dispõe é sempre algo feito pelo sujeito segundo seus interesses, desejos e preferências. Esta noção de Homem Econômico nos diz, desta forma, daquele que obedece ao seu interesse, e que espontaneamente, vai convergir com o interesse dos outros. Dessa forma, há que se pensar o Homem Econômico de Foucault, no âmbito do liberalismo como um sujeito de interesse. Um sujeito que abre mão de parte de sua liberdade, em detrimento da garantia de alguns direitos. Ele dispõe alguns aspectos de si, a fim de submeter-se a performatividade social produzida a ele, e como isso, tem a possibilidade de garantir seu espaço social.

Sendo assim, podemos pensar que conforme esta perspectiva, pensar o trabalho na lógica econômica, do ponto de vista de quem trabalha, é pensar o trabalho não como algo expropriado, mas como um investimento de energia, habilidades e competências. O capital é eminentemente humano. Isso corrobora com as percepções de transformação enunciadas pelos jovens. Há um investimento especialmente humano no capital de desenvolvimento do jovem, uma vez que, eles estão sendo “capacitados” tanto no âmbito do trabalho, quanto para vida.

Pois, o neoliberalismo se esforça em assegurar que os indivíduos são obrigados a assumir valores baseados no mercado em *todos* os seus julgamentos e práticas para reunir

quantidade suficiente de “capital humano” e assim tornarem-se “empreendedores de si”. Com isso, este sujeito que busca alcançar seus interesses e investir em si mesmo, atua como um sujeito responsável por navegar pelo campo social utilizando estimativas de escolha racional e custo-benefício, o que o leva a excluir todos os demais valores e interesses. Os enunciados dos jovens aprendizes, deste modo, mostram sobre o quanto os valores e interesses que ganham uma corporeidade social valorativa (serão vendáveis) tornam-se desejáveis, são escolhidos pelos sujeitos, causando-os interesse.

Neste sentido que Bauman (2008) vai nos dizer que o consumo é um investimento em tudo que serve para o “valor social” e auto-estima do indivíduo. Este investimento, esta responsabilidade por escolher determinados interesses diz de um sujeito que procura investir em si próprio como movimento social para provocar a abertura de algumas portas de inserção no mercado. Alguns enunciados marcavam isso, “*o programa foi uma oportunidade que abriu portas no mercado*”.

O objetivo é elevar estes jovens (consumidores) à categoria de mercadorias que possam ser vendidas, que possam ter atributos que atraiam os possíveis compradores. É por este motivo que podemos dizer que “os membros de uma sociedade capitalista são eles mesmos transformados em mercadorias, pois é a qualidade de ser mercadoria que os torna membros autênticos desta forma de sociedade. E este é o interesse individual de cada sujeito, buscar atingir suas capacidades individuais e investir nas mesmas, mas como parte de um jogo de relações sociais que falam de um modo de sociedade que somente legitima como ator social, aquele sujeito que consome.

E aí podemos problematizar sobre o crescimento com que as Políticas de Aprendizagem começam a ser trabalhadas socialmente. Frente ao grande número de “competidores”, há que se pensar em estratégias de governamentalidade que sustentem as relações sociais que se produzem. Uma destas estratégias mostra-se através de modos de investimento nos sujeitos, a fim de que estes possam tornar-se mercadorias vendáveis. E aí vão se produzindo Programas de capacitação para que os possíveis consumidores possam investir em qualidades vendáveis no mercado e, com isso, alimentar a reprodução socioeconômica.

Estas práticas, ao mesmo tempo que são tão contemporâneas, se atualizam, não emergiram agora, uma vez que Foucault analisa a emergência do liberalismo econômico para construir a noção do “homem econômico”, um sujeito que é produzido por meio de formas de

conhecimento e de relações de poder que procuram encorajar e reforçar práticas individuais de subjetivação (FOUCAUL, 1986).

E, assim, podemos compreender como a forma com que os enunciados sobre estes sujeitos, nomeados como jovens aprendizes, vão sendo produzidos tendo por formação discursiva principal os discursos midiáticos, orientados para os rituais de venda e consumo. Com efeito, são oferecidos serviços de “*capacitação*”, de “*oportunidade*”, como mercadorias desejáveis. Estes discursos produzem e veiculam estas oportunidades como “*portas abertas*” para o mercado, de tal forma que através delas pode-se entrar em “mundos diferentes”, com “pessoas diferentes”. Tais enunciados produzem um lugar de legitimidade social, transformam sujeitos, os quais “*saem outra pessoa*”, marcadas pela promessa de excelência e sucesso.

Posso arriscar a dizer que, na contemporaneidade, a continuidade de algo como o Homem econômico, atualiza-se nas formas de existência que, então, enxergam oportunidades em tudo, mas não produzem rebeliões, nem mesmo revoluções.

## 5 O QUE PRODUZIMOS ATÉ AQUI

O caminhar da pesquisa foi sendo constituído ao longo do que ia sendo percebido de intensidade no percurso. Por isso falo em percurso metodológico, porque não foram sendo realizadas delimitações marcadas do trabalho, pelo contrário, eu fui modificando, reconstruindo, construindo novos escritos e amarrando tudo conforme iam sendo produzidos alguns sentidos. E acredito que esta forma de construção do trabalho nos conduz a um limiar de análise muito interessante.

Como pudemos visualizar, há uma conjuntura histórica e social que nos possibilita compreender como a escolha pela temática se justifica. Há uma visibilidade das Políticas Públicas de Juventude que, há alguns anos atrás, talvez não encontrássemos com tanta intensidade. Isso nos diz do quanto este investimento no “jovem” fala de uma estratégia de governamentalidade que se expressa no aumento do incentivo de execução de determinadas políticas sociais. Estas políticas são representadas fortemente por Programas de Aprendizagem que engendram possibilidades de trabalho e ensino profissional, construindo formas para conseguir dar conta de imputar função social aos jovens.

Essas ações começam a ser comunicadas como estratégias de grande valia social e precisam ser espalhadas, multiplicadas, revogadas para que sejam cumpridas em sua totalidade. E toda esta forma de reforço para que a aprendizagem seja executada comunica de uma maneira comercial, como estratégia de propaganda e divulgação. É, deste modo, que percebo o quão coerente foi trabalhar com um tipo de mídia virtual, com um recurso da Comunicação Social – o *clipping*-, e o quanto também a atenção que em mim foi provocada por estes dispositivos, dizem de como o enredo que permeia a execução do Programa Jovem Aprendiz, nos diz deste modo comercial dos discursos e práticas que nele operam.

Nesse sentido, quando escolho estudar um tipo de ideia para compreender a pesquisa, já estou, dando corpo a alguns sentidos que nos falam do próprio objeto de pesquisa. Isso possível porque os afetamentos produzidos em mim vão sendo considerados como espaço de análise e compreensão do trabalho, o que em muito foi tornando-se plausível em virtude da construção de um Diário de Campo.

O trabalho realizado nos possibilita, então, um lugar de problematização sobre como os modos da conjuntura social e seus atravessamentos produzem diferentes formas de performatividade aos sujeitos.

Desta forma, pensando nos sujeitos como jovens aprendizes abre-se possibilidade para que possamos compreender como o enredo discursivo que nos diz destes, também nos conta de como operam as relações discursivas, em dado contexto social, em outras instâncias. Pois, ao estudar sobre a posição social dos jovens como aqueles que passaram por uma experiência de “*aprendizagem*”, somos conduzidas a pensar sobre como os modos de interação social produzem uma sociedade consumista. Neste formato social, os sujeitos são postos em lugares sociais de mercadoria e consumo. Eles são produtos para o mercado, ao mesmo tempo em que são consumidores deste mercado. O jogo social é estar em movimento neste comércio de capital humano.

O jovem, neste âmbito, ainda inexperiente e sem qualidades para “competir” neste mercado necessita de certa ajuda (capacitação profissional), para que se possam abrir algumas portas do mercado para ele fazer parte do mesmo. Esta ajuda pode ser percebida por meio dos ensinamentos de Aprendizagem que acompanham a inserção em empresas de médio e grande porte. É direito dos jovens (está na lei), é preciso que eles passem por esta experiência, pois, caso contrário, oportunidades de inserção no mercado lhe serão negadas, visto a sua inexperiência e incapacidade. Contudo esta capacitação fala de uma transformação do sujeito, não só no âmbito profissional, mas sim para a vida. Este sujeito busca atender a seus interesses individuais, eles desejam investir em suas qualidades, adquirir novas oportunidades. E ele procurará transformar-se no sujeito capaz de satisfazer seus próprios interesses. Foucault (1986), formula uma imagem interessante nomeada como Sujeito Econômico, que aponta para um movimento no qual o sujeito investirá em si- para tornar-se uma mercadoria desejável- e ao ser mercadoria poderá adquirir espaço de inserção no mercado e, com isso, consumir no mesmo. Este sujeito de interesse, então, procurará vender-se, investir em si mesmo, irá trabalhar suas qualidades, cada vez mais, a fim de que possa consumir e consumir, mais ainda.

Sendo assim, destaco que este trabalho não nos fala apenas de quem está criando o Programa Jovem Aprendiz, de quem o executa ou mesmo dos jovens que participam, ele fala de um enredo social que produz a mim e a você, como sujeitos econômicos e de interesses, legitimados por uma conjuntura social consumista. Ele é escrito com a intenção de problematizar sobre como somos atravessados por este modo consumista de constituição da sociedade, não só no âmbito do trabalho e do ensino, mas em várias instâncias da vida social.

Inclusive, gostaria de dar ênfase para a nossa constituição acadêmica e do quanto este trabalho diz de como vivenciei esta trajetória. Pensar nesse modo de interação social que circunda uma performatividade consumista dos sujeitos nos fala de uma vida acadêmica que é

atravessada por discursos de excelência e sucesso, de tal modo que, as produções acadêmicas são interpeladas por enunciados de produção e mais produção. É, neste sentido, que a construção do processo de pensamento aqui realizado torna-se relevante e produz uma abertura para que possamos buscar problematizar nossas relações discursivas e o modo como estas são enunciadas (ou anunciadas) socialmente.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H.W. Espaços de juventude. In: FREITAS, M.V. de; PAPA, F. de C. (Org.). *Políticas públicas juventude em pauta*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 219-228.
- ALBUQUERQUE, Marcina Moraes de; ARAÚJO, Tatiana Cristina do Santos. Implicações das concepções de juventude nos modos de atuação dos profissionais dos setores de disciplina nas escolas. *Departamento de Métodos e Técnicas Educacionais*. UFPE: Pernambuco, s/d. Disponível em: [https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao\\_pedagogia/pdf/2012.2/implicacoes%20das%20concepcoes%20de%20juventude.pdf](https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2012.2/implicacoes%20das%20concepcoes%20de%20juventude.pdf). Acesso em: 24 set. 2015.
- AMAZARRAY, Mayte Raya; et al. Aprendiz versus Trabalhador: Adolescentes em Processo de Aprendizagem. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. p. 329-338. UFRGS: Porto Alegre, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722009000300006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722009000300006&script=sci_arttext). Acesso em: 04 set. 2015.
- ANDRADE, Laura Freire de; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O psicólogo no CRAS: uma cartografia de territórios subjetivos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 2010. p. 604-619. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n3/v30n3a12>. Acesso em: 05 ago. 2015.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Aprendizagem: apresentação*. Brasília, 2008. Disponível em: [http://www3.mte.gov.br/politicas\\_juventude/aprendizagem\\_apresentacao.asp](http://www3.mte.gov.br/politicas_juventude/aprendizagem_apresentacao.asp). Acesso em: 14 set. 2015.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Boletim da Aprendizagem Profissional Ano 2014*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://mte.gov.br/>. Acesso em: 24 out. 2015.
- BAUMAN, Zigmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Tele visão & Educação – fruir e pensar a TV*. Belo Horizonte: utêntica Editora, 2001.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.
- ESTEVES, L.C.G. et al. *Estar no Papel: Cartas dos jovens do Ensino Médio*. Brasília: Unesco, INEP/MEC, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de; OLIVEIRA, Lygia Maria Portugal de. Juventude e Educação Profissionalizante: Dimensões Psicossociais do Programa Jovem Aprendiz. *Psicologia em Pesquisa*. p. 111-120. Paraná: UFRJ, 2012. Disponível em: <http://www.ufjf.br/psicologiaempesquisa/files/2013/02/v6n2a04.pdf>. Acesso em: 18 set. 2015.

FREZZA, Marcia; MARASCHIN, Cleci; SANTOS, Nair Silveira dos. Juventude como problema de políticas públicas. *Psicologia & Sociedade*. p. 313-323. UFRGS: Porto Alegre, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822009000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300004). Acesso em: 2 jul. 2015.

GONÇALVES, Ana Lucia de Alencastro. Aprendizagem Profissional: trabalho e desenvolvimento social e econômico. Ministério do Trabalho e Emprego. *Estudos avançados: Distrito Federal*, 2014. p. 191-200. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142014000200013&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142014000200013&script=sci_arttext). Acesso em: 12 ago. 2015.

GREGOLIM, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades. *Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo. v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/105/106>. Acesso em: 08 jun. 2015.

JÚNIOR, José de Assis Moraes. Para uma análise cartográfica da subjetividade na escola a partir de Nietzsche, Deleuze e Guattari. *Saberes*. Natal, 2011. v.1, n. 6. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/saberes/index>. Acesso em: 24 jun. 2015.

NUNES, Karla Gomes. *De loucos perigosos a usuários cidadãos: sobre a produção de sujeitos no contexto das políticas públicas de saúde mental*. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/87572>. Acesso em: 02 dez. 2015.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude- alguns contributos. *Análise Social*, vol. XXV. p. 139-165. Portugal, 1990. Disponível em: <http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/Jos%20Machado%20Pais%20-%20Publica%20A7%20B5es%201990,%20n%C2%BA2.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2015.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. *Pistas do método cartográfico: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC). A educação profissional no contexto da educação nacional. *Referenciais para a educação profissional SENAC*, 2010. Disponível em <http://www.SENAC.br/conheca/referenciais/ref2.htm>. Acesso em: 19 jun. 2015.



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC). Programas de Aprendizagem Comercial: referências para ação SENAC. *Série Documentos Técnicos*. 44p. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://rvfrm2006.com/adServe/sa?cid=16524-4030014&pid=16524&q=SENAC%20-%20Servi%20Nacional%20de%20Aprendizagem%20Comercial%20Cursos%20Curso%20Curso%20T%20E9cnico>.

SILVA, Roselani Sodré da; SILVA, Vini Rabassa da Silva. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. *Caderno CRH*. v. 24, p. 663-678. Salvador, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24n63/13.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2015.

SPOSITO, M. P.; et al. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. *Revista Brasileira de Educa o*, 11(32), 238-257, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a04v11n32.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2015.